

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1974)

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assim como a de Lisboa, foi criada, como bem se sabe, em 1911. Dela faziam parte, entre outros saberes, os de História, os quais ficaram englobados no 4.º Grupo da instituição. Os seus inícios foram necessariamente difíceis, como os da própria Faculdade, sem edifício próprio até 1914, data em que foi inaugurada a parte já construída. Acudiu-lhe a eficaz capacidade organizadora do seu primeiro director, António de Vasconcelos (1860-1941), a quem se ficou devendo também, necessariamente, o apetrechamento dos meios necessários ao ensino das então chamadas disciplinas auxiliares da História. Mais fácil foi encontrar de imediato docentes para as disciplinas que foram entrando em vigor, os quais chegaram da extinta Faculdade de Teologia. Os professores desta Faculdade, com efeito, foram colocados, conforme as aptidões, na recém-criada Faculdade de Letras, acontecendo o mesmo aos docentes do Curso Superior de Letras no que diz respeito à de Lisboa.

A apetência de alguns teólogos pela História é bem compreensível. Era nas Faculdades de Teologia, de Cânones e Leis, e depois na nova Faculdade de Direito (1836), que se ensinava História na Universidade, naturalmente a pertinente aos ramos teológico-jurídicos das ciências então professadas. As matérias de Geografia, Cronologia, Hermenêutica e Exegese, História (Sagrada e) Eclesiástica, Liturgia ou a frequência obrigatória de algumas cadeiras de Direito, como Sociologia Geral e Filosofia do Direito ou Direito Eclesiástico, ou mesmo de Antropologia e Geologia na Faculdade de Filosofia, pela reforma de 1901, propiciavam aos teólogos vocacionados uma carreira de investigação e de ensino no ramo das ciências históricas, incutida, desde há muito, assim como a dos estudos de filologia e literatura, entre outros, pela acentuada decadência em que se debatia a Faculdade de Teologia.

Em 1911, António de Vasconcelos, professor de diversas cadeiras nesta Faculdade, entre elas a de Isagoge e Arqueologia (Estudos bíblicos), assim como Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), são colocados no segundo Grupo da Faculdade de Letras. Mendes dos Remédios manter-se-á em Filologia Românica, embora se dedique também, para além da história da literatura, à história dos judeus e cristãos-novos em Portugal, mas Vasconcelos, embora com provas dadas quanto à linguagem e à gramática, fixar-se-á no domínio da História, no qual já sobressaía pelos trabalhos publicados e pela capacidade de organização e catalogação do Arquivo, tarefas que oficialmente desempenhou desde 1897, passando a ser



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

seu director desde que se tornou uma repartição distinta (1901), funções em que se manteve por mais de um quarto de século (1902-1927).

Até 1916, os professores de História foram essencialmente três: António de Vasconcelos, Francisco Martins (1848-1916), antigo professor de História Sagrada e Eclesiástica, e Porfírio António da Silva (1855-1919), docente de Teologia e Dogmática, a que se juntou, ainda em 1916, o assistente provisório Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), então bacharel em Ciências Históricas e Geográficas, e, mais tarde (1921-1926), João José de Brito e Silva a crer, quanto a este nome, nas indicações formais dos *Anuários* da Universidade.

Professores e assistentes insuficientes para manterem abertas na Faculdade todas as cadeiras atribuídas ao quarto Grupo, incluindo as da Escola Normal Superior (1915-1930) a seu cargo, pelo que algumas delas tiveram de ser regidas por professores de outros Grupos, o que sucederá ao longo do tempo sempre que necessário, ou mesmo de Direito e Medicina e, por vezes, do Liceu (1914).

Os cursos de História, a nível do bacharelato (1911-1918) ou da licenciatura, estiveram geminados, até 1930, com a Geografia, constituindo os saberes das Ciências Históricas e Geográficas. A separação dos doutoramentos em duas especialidades efectuou-se, porém, em 1918, o que talvez permita justificar o não aparecimento de uma bossa de geógrafo entre docentes de História, precisamente em contra-ciclo do que se passava em França, onde as duas primeiras gerações dos *Annales* apenas reclamavam do passado a herança geográfica. A posterior união à Filosofia (1930-1957) marcará, pelo contrário, alguns dos historiadores que se formaram em Ciências Históricas e Filosóficas.

Entre os docentes iniciais de História impôs-se a personalidade de A. de Vasconcelos. A sua jubilação, em 1930, marcou a primeira fase da história do 4.º Grupo, a qual quase coincide com a saída, em 1928, de Gonçalves Cerejeira. Novos rumos compensados com a contratação, para assistentes, de Mário Brandão (1928) e M. Lopes de Almeida (1930); a de Damião Peres, em 1931, como professor catedrático, por concurso, chegado da extinta (1928) e agora encerrada Faculdade de Letras do Porto; e em 1937, com a mesma origem, a de Torquato Soares. Estava iniciada, ou já em curso, a segunda geração de docentes do Grupo de História, a que se juntou, desde 30 de Março de 1941, o medievalista emérito P^e. Pierre David (1882-1955).

Os inícios dos anos cinquenta marcam o começo de um tempo de novos historiadores, tendo entrado, em 1952, Salvador Dias Arnaut (1913-1995) e o Pe. Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), mas acabando por se doutorarem apenas nos finais de 1960. A chegada destes dois novos docentes, a que se juntará, pouco depois, para a cadeira de Arqueologia, João Manuel Bairrão Oleiro (1953), coincide com a inauguração do actual edifício da Faculdade, a qual ocorreu em 22 de Novembro de 1951, mas será necessário ainda esperar quase uma década para se começarem a consolidar, verdadeiramente, novos rumos na historiografia em Coimbra, à semelhança do que se passa no país e mesmo fora dele em algumas áreas nacionais, consubstanciadas na execução da reforma de 1957, como adiante se refere.

O conteúdo das aulas leccionadas pelos docentes, que nem sempre corresponde com exactidão ao teor



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dos sumários arquivados, permite traçar tendências historiográficas reflectoras do saber histórico nacional e estrangeiro e, naturalmente, das concepções próprias dos docentes, como está estudado, em tempo longo, para algumas disciplinas, ou, de modo pontual, para a acção de alguns dos professores. A investigação, que esteve aliada à docência desde a fundação da Faculdade, permite, por outro lado, confirmar tendências lectivas e igualmente ajuizar das temáticas que se impuseram em cada tempo e o modo como foram concebidas.

O impulso investigador da Faculdade de Letras radica na emoção dos seus começos. As Faculdades, com efeito, participaram na reforma republicana da Universidade, havendo sido geralmente recebida com agrado. O que se pretendia instaurar em História, seguindo a disposição regeneradora da lei orgânica e a letra da constituição universitária, era um ensino activo, não sendo obrigatórias as aulas magistrais, mas sim as dos trabalhos práticos e de investigação. O que havia a evitar, era precisamente «a simples rememoração retórica de factos notáveis, elevando a História à dignidade de ciência pela compreensão e reconstituição do passado por meio de rigoroso processo crítico» (*A Faculdade de Letras ao país*, 1919, p. 33).

Para o efeito, inaugura-se um ensino «objectivo, crítico, actualizado e intensivo», nas qualificações do texto acabado de citar, procurando-se o material de ensino necessário dentro do possível, estimulando-se os trabalhos práticos e organizando os centros de investigação. O Arquivo da Universidade, o Museu Machado de Castro e depois Conímbriga surgem como «laboratórios», havendo a Faculdade reservado para si a directoria do Arquivo.

As Faculdades de Letras, de resto, nasceram com um estabelecimento anexo de investigação denominado Instituto de Estudos Históricos (IEH). Dele faziam parte as secções de Filologia, História e Filosofia. Era regido por um conselho, constituído pelos directores das secções e presidido pelo director da Faculdade. Eram sócios do Instituto, para além de todos os alunos inscritos na Faculdade, «outros indivíduos, sejam ou não diplomados, que desejem fazer investigações científicas em harmonia com os fins do Instituto» (decreto de 19 de Agosto de 1911).

A história deste instituto de investigação passou por muitas vicissitudes, a começar pela busca de um lugar para a sua sede. As maiores dificuldades, no entanto, ficaram a dever-se sobretudo à vontade autónoma de cada secção, subsumida depois, quanto às línguas, pelas salas e institutos criados pelo desenvolvimento dos Cursos de Férias (1925). Sucessivamente, com efeito, as secções de Filologia e de Filosofia foram-se libertando dos estatutos do IEH global. Neste movimento de diferenciação, o IEH acabou por se tornar apenas um órgão específico da História propriamente dita (1925), passando a gozar desde 1932, até aos inícios da mudança para o edifício da actual Faculdade, nos termos de um decreto de Dezembro de 1930, do título de «Instituto de Investigação Científica». Proposta que foi apresentada e aprovada em conselho da Faculdade em 12 de Dezembro de 1932, afirmando tratar-se de uma oficialização, formalidade que igualmente já havia ocorrido em 1927 em virtude do novo Estatuto da Instrução Universitária de 1926. Mas a sua história desde 1911 e os textos de investigação nele realizados que fundamentaram cada uma das propostas citadas não deixam dúvidas quanto à sua natureza inicial.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A. de Vasconcelos havia sido director da secção de História desde o início do IEH (global), para além de ser presidente nato do conselho deste Instituto enquanto director da Faculdade (1911-1920), e foi director do IEH, em sentido restrito, até à jubilação, sucedendo-lhe Damião Peres. Com as honras que depois lhe foram atribuídas, o Instituto passou a chamar-se seu, como de resto sempre havia sido, a partir de 7 de Dezembro de 1937, por ocasião das festas centenárias da Universidade, situação que se manteve até à revolução de Abril de 1974, mas a política de investigação nacional (JEN) havia mudado. No âmbito desta foi criado um Centro de Estudos Históricos, o qual já em 1940 se encontra subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), depois continuado, até 1976, com nome de Instituto de Alta Cultura.

A investigação a nível dos discentes, alterado que foi o inicial Instituto de Estudos Históricos, teve uma vigorosa expressão na reforma curricular de 1957, a qual criou os seminários integrados no plano de licenciatura, os quais se «destinavam principalmente à orientação das dissertações de licenciatura e ao ensino prático dos métodos de investigação». A sua importância, em teoria, revela-se pela cautela do legislador, seguindo orientações semelhantes às da reforma de 1930, ao determinar que «só a título vincadamente excepcional poderá atribuir-se a primeiros assistentes a direcção de seminários». Continuados depois de 1974, com outro enquadramento, permitiram a germinação de um alfofre de generosas vocações, muitas delas estimuladas nos espaços do Arquivo da Universidade, onde muito, muito antes, A. de Vasconcelos, seu director, havia dado o exemplo.

Foi no Instituto de Estudos Históricos, onde inicialmente pareciam caber os saberes da Faculdade, com excepção de Psicologia Experimental, Geografia e Fonética, que se desenvolveu a historiografia nascente. A influência de quem o dirigiu, direcção colectiva da Faculdade nos primeiros anos, recorde-se, imprimiu-lhe um cunho que se manteve por muitas décadas.

A investigação e ensino da História decorreram, como é óbvio, segundo os cânones culturais e orientações vigentes, uma das quais relembra os resultados obtidos nas ciências naturais e os seus métodos, os quais, como se declara, estavam, de modo constante e crescente, a serem aplicados «aos estudos das outras especialidades e nomeadamente às ciências sociais, à história, à filosofia e à pedagogia» (decreto de 24 de Dezembro de 1901, preâmbulo, nº VII).

Neste paradigma, a História era uma pura ciência, «une science comme la physique, ou comme la géologie», como havia afirmado Fustel de Coulanges (1830-1889) por volta de 1875 (François Hartog, *Le XIX^e siècle*, 1988, p. 358). O método de cada disciplina, embora salvaguardando as especificidades, caracterizava-se pela subordinação aos factos, como impunha o monismo metodológico. Mesmo na História da Cultura, «sem a caça paciente e lúcida dos factos, todas as construções serão frágeis e precárias», como considerava Joaquim de Carvalho em 1927 (*Obra completa*, I, 1978, p. 337). «A filosofia natural de Oitocentos», relembra o mesmo docente em 1930, foi «o império da objectividade e do amor do facto, confiante num mundo em si mesmo cosmos, isto é, ordem, e na eternidade de algumas verdades» (*ibidem*, p. 355). Como disse T. Soares, por volta de 1950, referindo-se a Fustel de Coulanges e repetindo o que a geração anterior já havia afirmado em Coimbra, a História «não consiste senão em verificar os factos,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

analisá-los, aproximá-los e marcar-lhes o lugar». Mas reconhece em Fustel de Coulanges, naturalmente, um espírito de síntese, isto é, «uma concepção filosófica da História, nomeadamente a da História das Instituições», o que não encontra em outros autores, como G. Barros (*História da administração*, tomo I, 1945, p. XI). Recorde-se que do programa para doutoramento em Ciências Históricas e Geográficas para 1917-1918 faziam parte temas como «noção de facto histórico e critérios para a sua determinação», para além de outros problemas que indiciavam bem uma «teoria» da História.

A influência deste paradigma reforça-se através do modelo do historicismo alemão. A «narração detalhada», a «exposição rigorosa dos factos, por muito condicionados e carentes de beleza que sejam», havia sido arvorada por Leopold von Ranke (1795-1886), já em 1824, como «lei suprema do historiador» (J. J. Carreras Ares, *Razón de Historia*, 2000, p. 222). A escola alemã, de resto, influenciou, geralmente, os historiadores profissionais de então, e nomeadamente os portugueses através do desenvolvimento das relações culturais com a Alemanha a partir pelo menos de 1923. Assim, por exemplo, M. Lopes de Almeida, em 1927-1929, foi Leitor de português em Hamburgo e Mário Brandão desempenhou idênticas funções em Hamburgo e Berlim, de 1925 a 1928, o mesmo sucedendo a outros futuros professores da Faculdade. Esta política cultural de leitores e de missões no estrangeiro, apoiada pela Junta de Educação Nacional (1929-1936) e abrangendo o país, não podia deixar de ter consequências.

O modelo inicialmente assumido pelo Grupo de História tinha já ao nascer, no entanto, os seus contraditores. Na Alemanha havia-se desenvolvido, desde 1870, um ataque contra os fundamentos do cientificismo da História (Dilthey, Simmel e Rickert) e, em Portugal, ocorre igualmente uma reacção à ideologia positivo-cientista, acabando por impor-se na Literatura, História, Direito ou Filosofia.

Paulo Merêa e Cabral de Moncada, que foram professores de História de Portugal na Faculdade de Letras, vão combater por um idealismo em História (Merêa, desde 1910), e contra o paradigma positivista se insurgirá e combaterá igualmente, por volta de 1923-1924, Gonçalves Cerejeira. Curiosamente, em *Clenardo*, Cerejeira «surge-nos surpreendentemente maquiavélico e economicista», apoiando-se em António Sérgio para explicar o não desenvolvimento de Portugal quinhentista (Luís Salgado de Matos, «Cardeal Cerejeira...», *Análise Social*, 36 (160), 2001, p. 807).

Do positivismo, Cerejeira reteve apenas o método, acentuando, no entanto, «refugado ele porém como filosófico» (*A Igreja e o pensamento contemporâneo*, 1924, p. 223). Método seguido, quanto aos factos, pelos integralistas em política e os professores de História em Coimbra, o qual lhes dificultou a assunção desde cedo da compreensão em vez da explicação, se bem que Joaquim de Carvalho, já em 1933, tivesse enviado um alerta público, precisamente em discurso de cerimónia solene na Sala dos Capelos, ao dizer de um amigo e correligionário, professor de Estética e História da Arte: «Como historiador da arte, [...] fez da explicação, que não da compreensão apenas, o norte dos seus estudos. É, se assim me posso exprimir, um positivista. Inventaria factos, como ninguém no nosso tempo, e procura as conexões objectivas entre êles, e estes factos e estas conexões se não nascem com o perfume da pura sensibilidade estética é porque aspiram à glória perene da fundamentação científica. Eu não sei se a atitude científica é possível em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

matéria de arte, porque o artista se não move no reino dos factos, mas dos valores» («Discursos», *Biblos*, 9, 1933, p. 501-502).

O método impôs uma crítica externa e interna do documento em busca do rigor, da certeza. Semblante que assumiu A. de Vasconcelos e igualmente Cerejeira e todos os docentes até aos anos trinta de novecentos. Tendência igualmente seguida pelos seus discípulos que, através do neopositivismo, se tornou mais seca, proscurendo os adjetivos e as apreciações morais, pelo menos nos meados dos anos cinquenta, década de crise da História dentro da Faculdade.

De Cerejeira, por exemplo, Sílvio de Lima chegou a afirmar, antes do confronto de ideias que o vitimou em tempo de intolerância e de nova depuração, que entre as múltiplas qualidades profissionais do colega contava-se «a prudente atitude crítica que o levava a verificar antes de afirmar, certíssimo como está das paixões humanas adúlteras dos factos» (Moreira das Neves, *O cardeal Cerejeira*, 1948, p. 199). E de Mário Brandão, por exemplo, basta considerar a forma como transcreveu os documentos e a fundamentação minuciosa do texto, atitude extensiva aos colegas coetâneos, para de imediato se ajuizar da sua probidade. Mas nenhum investigador, que me recorde, foi ao ponto de passar uma certidão comprovativa da exactidão dos documentos transcritos, recorrendo à autoridade do secretário da Universidade, como fez António de Vasconcelos em 1897, então lente de Dogmática, ao publicar *Francisco Suárez*, manifestando a mesma preocupação, já director do Arquivo, em documentos que publicou no *Anuário* da Universidade de 1900-1901 (p. 186). E no estudo biográfico que começou a publicar de *Brás Garcia Mascarenhas* em 1912, reunido em volume dez anos depois, repete: «É todo elaborado sôbre fontes seguras e autênticas, que escrupulosamente citamos, ou que reproduzimos em apêndice, de forma que qualquer leitor possa facilmente verificar a exactidão, e aquilatar a legitimidade das nossas afirmações e conclusões» (p. 6). Segurança no pormenor, de modo a permitir o contraste, que igualmente vamos encontrar em Salvador Dias Arnaut, pertencendo já a uma terceira geração de historiadores, ao recorrer o médico à opinião de outros médicos legistas, para descrever, em *A crise nacional dos fins do século XIV* (1960), o assassinio de Maria Teles em Coimbra pelo filho de Inês de Castro, D. João. Como considerava, «o método de uma história clínica é análogo ao da História» (S. Dias Arnaut, «Oração ...», *Biblos*, 41, 1965, p. 373-374).

Vale a pena recordar que embora os factos fossem «dados inamovíveis», a história principiava a partir daqui, a qual pressupunha uma teoria, como lembrava em 1947 Lucien Febvre (1878-1956), combatendo a história que não era a sua. Pressuposto teórico que a história tradicional também admitia ao recorrer a «ideas generales e hipótesis en la construcción histórica» (J. J. Carreras Ares, *Razón de Historia*, 2000, p. 148-149). A ideologia não podia deixar de estar presente, como actualmente se reconhece nos historiadores de regime, ou nos que foram capazes de alcançar a síntese, ultrapassando o investigador, para usar uma terminologia do tempo ensaísta de António Sérgio (1883-1969). Toda a historiografia, de resto, é ideológica, o que não impede a sua cientificidade. T. Soares, no prefácio à edição multiplicadora dos volumes iniciais de *História da Administração Pública*, de G. Barros (1833-1925), havia já escrito que, para além do método



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

científico e da «fria análise dos factos e de serena e objectiva construção histórica», o autor revela «sempre o fio condutor que o dirige e anima, [o qual] reflecte a ‘pessoa’ que dele se serve para a síntese que ambicionava» (tomo I, 1945, p. XI). A História é, também, autobiografia e, por isso mesmo, história contemporânea. Mas esta dimensão não fazia ainda parte do objectivo dos historiadores universitários, para além de ocasiões esporádicas ou do horizonte de alguns programas das provas de doutoramento, assim como, de modo efectivo, no Curso de Férias.

O pulsar da vida pode exprimir-se de muitos modos, mas a história viva pode ser amordaçada pela linguagem que a exprime. A História, com efeito, ao tornar-se ciência eliminou da sua narrativa «all literary ornaments and of statements without proof», como se exprimia em 1918 Frederick J. Teggart (*Theory*, 1960, p. 12). Vasconcelos assim procedeu, embora não tivesse ficado espartilhado pela «passividade e neutralidade rankiana» (Carreras Ares). É verdade que o catedrático de Teologia foi criticado em 1894, a propósito do aparecimento da sua primeira tentativa histórica (*Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*), pelo excesso de erudição e falta de ornamento literário pelo ainda apenas licenciado Mendes dos Remédios. Este gostaria que o autor que «investiga, aquilata, interpreta, analisa, dissecar», se não tivesse «deixado possuir demais da sua missão de investigador e de crítico. Disse o que queria pelo menor numero de palavras, attendendo pouco ao ornato». Mas o assunto a tratar, na opinião de Mendes dos Remédios, impunha «a harmonia do rigor historico e da fórmula artistico-verbal» («D. Isabel de Aragão», *O Instituto*, 41, 1894, p. 916-917). Proposta que não vingou, conservando A. de Vasconcelos um estilo, no entanto, bastante diferente do de Gonçalves Cerejeira, «castiço e musical» (L. S. de Matos) em tempos de Eugénio de Castro. Ainda em 1996, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa dava razão a Vasconcelos, tão conhecedor da língua e da gramática portuguesas, «pela limpidez da escrita e mesmo pela simplicidade do estilo, tão adequado aos estudos históricos» (*Brás Garcia Mascarenhas*, 1996, p. VII). E já em 1936, Trindade Salgueiro o tinha como «um mestre consumado da língua», para além de o ser também como «historiador, filólogo, exegeta, sociólogo e artista» («Discurso...», in *Doutor António de Vasconcelos. Homenagem*, Coimbra, 1937, p. 20). Vasconcelos considerou sempre a história retórica como incapaz de se tornar científica.

Dentro do positivismo, os actores da História são os agentes do progresso, o qual permite estabelecer uma hierarquia dos acontecimentos, privilegiando aqueles que mais contribuem para a mudança, os quais se encontram na esfera política (François Dosse). E foram-no durante muitas décadas, como se Michelet não tivesse existido, embora, por exemplo, Cerejeira houvesse anotado em 1917, na sequência de outros: a antiga «história era um rosário intérmino de nomes e datas: dir-se-ia que esses homens superiores criaram do nada toda a história» (*Clenardo*, vol. I, p. 158).

António de Vasconcelos não tinha gosto pela história política, embora a houvesse tentado. Dedicou-se, sobretudo, a algumas modalidades da história local da igreja e das instituições universitárias conimbrigences, as quais tiveram como continuadores, no período que consideramos, Mário Brandão, sobretudo, e M. Lopes de Almeida.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A partir dos anos trinta, no entanto, a história política está presente, embora ao lado de outras feições, na bibliografia de Damião Peres e Lopes de Almeida ou, mais tarde, em Salvador Dias Arnaut ou mesmo na primeira fase de Luís Ferrand de Almeida (1922-2006). História política, diplomática, militar e institucional, sendo esta fomentada pelos historiadores da Faculdade de Direito, alguns deles igualmente docentes na Faculdade de Letras, num tempo ainda em que o estudo das sociedades se não havia imposto. Tendência, de resto, que já pelo menos em 1901 havia sido traçada para o Curso Superior de Letras, havendo o legislador decretado: o estudo da história pátria «versa, em particular, sobre a história política, a diplomática, a colonial e as instituições nacionais». Corrente que estava também de acordo com o que maioritariamente se investigava em Portugal ainda em 1928-1939, como bem demonstra a carismática *História de Portugal* sob a direcção de Damião Peres, sete volumes acrescidos posteriormente de dois suplementos, o primeiro dos quais, da autoria do director literário, publicado em 1954-1958. Como já foi calculado, nesta obra coube à história política, de longe, o maior número de páginas em relação às outras temáticas.

O conteúdo desta obra era nacional e de intenções nacionalistas, como as integradas nas duplas comemorações da fundação da nacionalidade e da libertação de Portugal em 1640, oportunidade de exaltação do «Mundo Português». Mas nacional era a história que se fazia e se fez até aos nossos dias, antes da generalização da história transnacional e global. Creio que, no período que tratamos, nenhuma missão portuguesa partiu para país estrangeiro com a finalidade de estudar a sua história. Eram as matérias da nação que deviam ser estudadas com prioridade. O objectivo da *Revista Portuguesa de História (RPH)*, órgão do Instituto de Estudos Históricos iniciado a publicar em 1940-1941, era o estudo da nação, como já o era, para França, o da *Revue Historique*, iniciada em 1876, ou o programa do *Centro de Estudios Históricos* (1910) de Madrid. O patriotismo, escrevia Merêa em 1940, não é incompatível com a objectividade, quando devidamente entendido, e assim continuava a ser considerado, ainda em 1962, por Torquato Soares, especializado na investigação das origens da nacionalidade e das instituições municipais portuguesas.

Com o advento do novo poder em 1926, cada vez mais se identificou «o direito da nação com o direito do estado», procurando-se, através da história, «revelar a alma da nação» (A. M. Hespanha, «Historiografia jurídica», *Análise Social*, 18 (72-74), 1982, p. 800 e 804), atitude comum a certas correntes literárias, o que levava a procurar o passado nos tempos mais recuados. A história, «como evolução do direito e das instituições ajudava a apresentar um ideal interclassicista da nação, na qual se inseriam adequadamente os foros, cortes, posturas municipais, etc», como se ensinava no *Centro de Estudios Históricos* de Madrid (Mártinez Millán, «La historiografía sobre el siglo XVI español», in José António Munita Loinaz, ed., *XXV años de historiografía hispana (1980-2004)*, 2007, p. 111), que T. Soares frequentou em 1934. Era a Idade Média que predominava nas páginas da acima referida *História de Portugal*, como era sobretudo medieval a historiografia que se fazia e ensinava no 4.º Grupo de História até à revolução de Abril, como mostra a colaboração inserta na *RPH* de 1941 a 1974, o mesmo sucedendo aos conteúdos de outras revistas fora de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coimbra. Prática, de resto, que também já vinha da monarquia, como se depreende da reestruturação do Curso Superior de Letras em 1901.

Ausência da Idade Contemporânea que se manifestava igualmente em outras secções da Faculdade, embora contrária à letra do título das cadeiras, a qual formalmente admitia, quanto a História, a leccionação e investigação para além de 1789, a qual, por vezes, foi tentada quanto à história geral. Atente-se, no entanto, que a carga horária atribuída nas diversas reestruturações à cadeira de História Moderna e Contemporânea e à de História de Portugal nem sempre possibilitaria leccionar a contemporaneidade num sistema de cursos intensivos, como então se praticava. Por outro lado, a falta de especialistas nesta área, carência igualmente notada em outros países, as oposições internas a eventuais supressões de cadeiras ou, em contrapartida, o desequilíbrio orçamental pelo acrescento de tempos lectivos, para além do aspecto formal de muita documentação só entrar no domínio público passados cem anos, talvez tenham pesado mais do que uma eventual assunção de um século XIX ideologicamente desvalorizado, se bem que em política há sempre mais do que um sentido a ter em conta. Os combates travados nos nossos dias pela História Contemporânea tiveram, no entanto, o seu paralelo na defesa da História Moderna em relação à prevalência da medievalidade. Ainda por volta de 1933, com efeito, J. de Carvalho louvava o exemplo de Damião Peres por estender a sua actividade de investigação para além da Idade Média. Os tempos modernos estavam «relegados para a curiosidade», quando «tôdas as épocas afinal são dignas da consideração histórica e se prestam como a Meia-idade ao exame circunspecto e científico» («Discursos pronunciados na cerimónia de doutoramento...», *Biblos*, 9, 1933, p. 503). E no Curso Superior de Letras, já em 1901 se ordenava a diminuição do peso da meia idade em relação à antiguidade e modernidade.

A predominância dos estudos medievais na investigação implicava a publicação de fontes, objectivo que se estendeu à Idade Moderna, tendência peculiar que já vinha do século XIX por parte de historiadores ainda não profissionais, que a supressão das ordens religiosas e a abertura dos arquivos havia permitido, para além da actividade institucional empenhada na recolha das fontes mais antigas. Linha de acção que foi recuperada com vigor por parte dos actuais docentes.

Nesta actividade historiográfica do 4.º Grupo estão ausentes da investigação até aos anos sessenta, com carácter específico, os estudos de História Económica e Social, linha de investigação, como se sabe, aberta em novos moldes em 1928-1929 pelos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, embora os precursores da História Económica em França tivessem sido Paul Mantoux (1877-1956), Henry Hauser (1866-1946) e Ernest Labrousse (1895-1988), tendo igualmente Portugal, nestes tempos, os seus iniciadores (Lúcio de Azevedo (1855-1933), Francisco António Correia (1877-1933), Moses Amzalak (1892-1978) e, sobretudo na parte social, Costa Lobo (1840-1913).

Os *Annales*, que não seguiram uma trajectória única, acabarão por abrir uma ofensiva quer contra os historiadores profissionais, quer, como acentuou Carreras Ares, contra os filósofos da unidade da ciência, como os do Círculo de Viena, ao «subsumirem um caso isolado nas leis gerais, como em qualquer outra ciência» («*Razón de Historia*, 2000, p. 226). Mas a nova historiografia, acentue-se, só vai vingar na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Inglaterra e Alemanha muito depois dos anos cinquenta. Vicens Vives, em Espanha, só encontra verdadeiramente a historiografia dos *Annales* em 1950.

March Bloch era conhecido em Coimbra nos anos quarenta, tempo de grande vigor historiográfico do 4.º Grupo da Faculdade, impulsionado, como outras instituições congéneres, pela dinâmica vinda das comemorações dos duplos centenários e a não entrada de Portugal na guerra mundial. Mas a prática da história-problema, no domínio da investigação, ainda não havia chegado, embora T. Soares, conhecedor da obra de Marc Bloch (fuzilado em 16 de Junho de 1944), tivesse sabido reconhecer de imediato a sua mensagem ao concluir que conseguiu «se não desviar, pelo menos alargar o caminho dos historiadores» («Marc Bloch», *RPH*, 3, 1947, p. 634-654). Metáfora muito expressiva de quem não estaria para mudar, mas certamente para alargar os horizontes de uma história viva e, certamente, ética, acabando, em 1961, por «reconhecer a necessidade do recurso à conceptualização operativa sugerida pelas fontes» (Marinho dos Santos, a outro propósito).

T. Soares, a quem se ficou a dever o desenvolvimento dos estudos medievais após A. de Vasconcelos, espírito aberto às novas correntes historiográficas e cultor de discípulos, tendo permanecido em Espanha e Bélgica, estava ao par da bibliografia recente, assim como os seus colegas, como é óbvio, alguma de leitura obrigatória para os alunos de História Medieval. Não desconhecia, portanto, os aspectos económicos e sociais desenvolvidos por alguns destes autores, nem, seguramente, os outros professores, de modo genérico, e nomeadamente Damião Peres, autor de temas económicos, devotado à Numismática (e à casa da Moeda), para além de professor e de investigador da História de Portugal e dos descobrimentos e expansão ultramarina, de que se tornou um alto especialista e um comunicador do saber. Mas também era verdade que as áreas económicas, financeiras, estatísticas e sociológicas não pertenciam aos planos curriculares das Faculdades de Letras, estando estudados os seus inícios e desenvolvimento dentro das instituições acolhedoras, assim como a hostilidade dos começos quanto a algumas áreas. Uma defesa contra uma visão materialista da História e uma suspeição do regime para com as ciências sociais, que permaneceu ainda para além de Abril de 1974, não tornavam possível, dentro da Faculdade de Letras, a instauração curricular de semelhantes matérias mesmo sob o ponto de vista histórico. Mas entre os conteúdos de uma História Geral da Civilização, como era entendida por volta de 1950, não deixariam de ser considerados «regimes económicos, organizações sociais do direito e do Estado, ciência e técnica, ideias morais e religiosas, concepções filosóficas e artísticas [...]» (L. S. Cabral de Moncada, «Introdução ao estudo da História», 1950, p. 104). Alguns aspectos da história económica faziam já parte das lições de G. Cerejeira e de outros professores depois de 1930. Mas no Grupo de História de Lisboa, pelo contrário, existiam docentes que dedicavam a sua investigação a matérias de história económica, os quais seguiram o exemplo de Virgínia Rau, embora politicamente se mostrassem revéis.

Embora sem modelo local de encorajamento, o Grupo de História de Coimbra, no entanto, desenvolveu uma vasta actividade nesta área nos anos quarenta do após guerra, convidando especialistas estrangeiros a proferirem conferências e lições sobre a matéria, editando alguns dos seus resultados, ou acolhendo,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

entre as publicações do IEH, obras de nítido carácter económico, assim como editando na *RPH* colaboração do mesmo teor.

O projecto de cursos de história económica por parte de professores estrangeiros, se possíveis anuais e primeiramente voltados para as relações comerciais medievais de Portugal com a Flandres, nasceu em 1939 e foi executado por T. Soares, sob estímulo de Paulo Merêa, ficando programado o seu início para 1940, ano dos centenários. A vinda do professor Charles Verlinden (1907-1996), da Universidade de Gand, impunha-se dentro dos objectivos iniciais, mas a invasão da Bélgica em 1940 protelou a sua chegada para depois do fim da guerra, permanecendo em Coimbra durante períodos continuados nos anos lectivos de 1946-1947 e 1948-1949. Durante 15 dias, em Março de 1949, e, depois, em 1950, coube a vez a Yves Renouard (1908-1965), que recentemente havia publicado *Les hommes d'affaires italiens au Moyen Âge*, de pronunciar igualmente conferências aos estudantes (e mesmo fora da Universidade) sobre matéria da sua especialidade.

O curso que Verlinden proferiu no ano lectivo de 1946-1947 tinha, no entanto, ainda um carácter de iniciação à História Económica, mostrando bem o estado da disciplina no plano da investigação e ensino em Coimbra. Tratava-se, com efeito, «de permettre aux étudiants d'apprendre à penser économiquement à propos du passé» (*Introduction à l'Histoire Économique*, 1948, p. 7). Nove capítulos de lições e um apêndice documental de 38 textos de autores significativos constituíam um bom acicate para se entrar na problemática, a qual, no entanto, aprofundou no primeiro trimestre do ano lectivo de 1948-1949, tendo dado relevo às relações comerciais portuguesas na Idade Média.

A falta de investigação sobre História Económica na FLUC e as oposições que se levantaram em Lisboa aos continuadores de Virgínia Rau contribuíram para que demorasse a surgir «o eclipse da história narrativa». Com efeito, como acentuou Paul Ricoeur, «a metodologia da história económica consistia mais numa continuidade do que numa ruptura com o combate antipositivista de March Bloch e Lucien Febvre. Com efeito, o que os fundadores da escola dos *Annales* haviam querido combater era, em primeiro lugar, o fascínio pelo facto único, não repetível» (*Temps et récit*, vol. I, 1983, p. 193). A história serial, anota por sua vez F. Dosse, interpretando Foucault, «define o seu objecto construindo séries homogénias de documentos, fazendo então o historiador surgir acontecimentos que não podiam aparecer sem ele» (*Renaissance de l'événement*, 2010, p. 147).

Para derrubar «a ausência de critério de escolha, logo de *problemática*, na elaboração do que conta como 'facto' em história» (Ricoeur, *ibidem*), contribuiu a referida actividade dos anos quarenta em Coimbra em prol da História Económica, ajudando a levantar internamente barreiras pelos finais dos anos cinquenta, tempo necessário de reformas permitidas por alguma liberdade intelectual, válvula de escape do regime, e tempo, também, da adesão de Portugal à EFTA (1960), promovendo as exportações e a internacionalização da cultura. Tempo, em França, da segunda geração dos *Annales*, a qual impôs a história económica e social num contexto interno de reconstrução do país a partir do fim da segunda guerra mundial, para além da situação internacional, preocupando-se, ao mesmo tempo, «com as relações entre ideologia e a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

economia», como sintetizou, Marie-Paul Caire-Jabinet (*L'histoire en France*, 2002, p. 168). «A idade de ouro da história económica e social em França» (*ibidem*) decorreu, com efeito, nos anos cinquenta e sessenta, a qual não podia deixar de reflectir-se em Portugal, embora, ainda em 1965, a doutrina oficial em matéria de Teoria da História era a do culto dos factos singulares. Os que discorriam que a História se constrói com ideias e não com factos «apenas perseguiram as grandes linhas político-económico-culturais da evolução dos povos e das civilizações». Sem uma «análise objectiva, documentada, minuciosa, dos factos singulares, de essência transfinita, irreduzíveis à definição abstracta das ideias, não há História como compreensão de uma existência passada, há Ideologia como recriação mental de um possível passado que, também possivelmente, nunca chegou a existir» (Miranda Barbosa, «Doutoramentos solenes», *Biblos*, 41, 1965, p. 378-379).

Não obstante esta posição assumida na Sala dos Capelos, porventura uma forma crítica amiga da obra do Doutor que pedia a colação do grau, havia já quem no terreno estivesse a calcorrear outros caminhos, os quais, com o turbilhão de Abril de 1974, todos os sentidos se deslocam, chegando a História Económica e Social a atingir o auge curricular entre a revolução e os finais dos anos setenta, antes do pós-modernismo se impor e o universalismo ceder ao quotidiano e à micro-história. Antes, afinal, do renascer do acontecimento, a história das diferenças, que são também as nacionais, como a geração de 1910 havia inventado.

Foi no final da década de cinquenta, e sobretudo na seguinte, na continuação da implementação da reforma de 1957, que autonomizou a licenciatura em História, multiplicou as cadeiras e diminuiu o serviço atribuído aos professores mais antigos, que o Grupo de História começou a ver alargado o seu corpo docente, através de recrutamento de segundos assistentes, nas áreas de Arqueologia, Numismática e História Moderna (e para História da Arte, em 1968, um professor extraordinário), ao mesmo tempo que dois novos medievalistas, como acima referimos, concluem os doutoramentos e desenvolvem as suas carreiras, havendo já sido professores da maioria dos que de novo ingressaram.

A dissertação do P^e. Avelino de Jesus da Costa não inova quanto ao método, mas contém já elementos anunciadores dos novos tempos historiográficos ao introduzir problemáticas de demografia histórica, ligadas ao ermamento, e de história económica num espaço regional / local pertencente à diocese de Braga do tempo do bispo D. Pedro, mas com elementos dos séculos XI a XV, nomeadamente os referentes aos censuais.

Estas matérias vão ser incluídas no ensino e na investigação a partir da década de sessenta, passando a demografia histórica e a história quantitativa e serial, assim como as suas técnicas, com exemplos anteriores em Lisboa, a fazerem parte de aulas práticas e da investigação de alunos, ainda obrigados a uma dissertação de licenciatura. Temáticas impulsionadas por Luís Ferrand de Almeida, debruçado então sobre a história das técnicas, uma das formas de renovação da historiografia, e sobretudo por mim próprio, no momento mais voltado para a demografia histórica e história económica e social, de que dei testemunho na dissertação de doutoramento (2 vols., 1971-1972). Foi também o tempo inicial em que M. Lopes de Almeida



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

publicou a sua recolha de documentos sobre artes e ofícios referentes à Universidade e em que Mário Hipólito e Jorge de Alarcão, especializados em Inglaterra, modificam o ensino e investigação de Numismática, Pré-História e Arqueologia, começando, para esta, uma gloriosa fase de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, José Sebastião da Silva Dias (1958), que sucedeu a Joaquim de Carvalho, anuncia novos horizontes na História da Cultura, os quais, em França, assistem ao desenvolvimento da chamada história das mentalidades e do estruturalismo, antes do pós-modernismo virar quase do avesso a história que se fazia. E Salvador Dias Arnaut, com uma influência muito grande pelos discípulos que soube criar, desenvolve e incute o amor da nova história local, propiciadora também de inovações historiográficas, por onde o seu amor à História havia começado. Por volta de 1967 volta a ser pioneiro ao elaborar «a mais desenvolvida, documentada e ‘saborosa’ síntese até então publicada» sobre «a arte de comer na Idade Média» (L. F. de Almeida, «Notas», *RPH*, 31, vol. I, 1996, p. 41-42), temática tão continuada depois dentro de uma alargada história do quotidiano. E anos mais tarde, reconvertendo-se como tantos outros, envolve de nova sensibilidade «o homem, a mulher, a vida, a morte, o amor» a propósito do tema inesiano, enquadrado agora numa nascente história conjugada no feminino («Os amores de D. Pedro», 1985, p. 403-414). Embora tarde, a história nova estava a chegar, retardada por um conservadorismo agasalhado pela política que uma nova geração, mais independente, foi trilhando como pôde e soube até a revolução de Abril empunhar o facho que desde 1911 procurava iluminar caminhos passados do Homem, cujos guiões conceptuais se tornaram cada vez mais complexos. Mas esta é uma nova cesura operada no Grupo de História da Faculdade de Letras de Coimbra em cujo corpo docente haviam acabado de entrar, poucos anos antes da revolução de Abril de 1974, promissores nomes que floresceram no período seguinte, os quais, multiplicados depois, deram nova expressão à historiografia e ao ensino da História mantendo, no entanto, uma feição específica que a sua escola soube assumir desde a fundação.

Bibliografia: ALMEIDA, Luís Ferrand de, «Notas sobre a obra historiográfica do Doutor Salvador Dias Arnaut», *Revista Portuguesa de História*, 31, vol. I, 1996, pp. 31-45; BRANDÃO, Mário Mendes dos Remédios de Sousa, «Biografia do Doutor António de Vasconcelos», in *À memória do Dr. António de Vasconcelos primeiro presidente da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1948, p. 32-53; CASTRO, Aníbal Pinto de, «Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida (1900-1980)», *Biblos*, 57, 1981 pp. 773-781; COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul António e MORUJÃO, Maria do Rosário, *Vida e obra do Prof. Doutor Cónego Avelino de Jesus Costa. Catálogo da Exposição*, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, 2001; COSTA, Avelino de Jesus da, «Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares», *Revista Portuguesa de História*, 16, 1976, pp. V-XXXVI; EIRAS ROEL, Antonio, «Coimbra, tradición y cambio. La obra de António de Oliveira en la historiografía del siglo XX», *Revista Portuguesa de História*, 35, 2001-2002, p. 610-637; *Faculdade (A) de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1919; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, «Revistas universitárias de História no Portugal do século XX», *Revista de*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

História das Ideias, 18, 1996, pp. 339-372; MARCOS, Rui de Figueiredo, «Laços entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Direito no século XX», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 131-147; MARQUES, José, «A Paleografia e a Diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 285-311; MATOS, Luís Salgado de, «Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico», *Análise Social*, 36 (160) 2001, p. 803-837; MENDES, José Maria Amado, «A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: investigação e ensino (1911-1926)», in *Universidade(es) História Memória Perspectivas Actas*, 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 447-498; MENDES, José Maria Amado, «Novos rumos da historiografia ao longo do século XX - A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra», *Biblos*, n. s., 9, 2011, pp. 71-107; NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995; NUNES, João Paulo Avelãs, «Ciência e ideologia: a História na FLUC de 1911-1913», in NETO, Vítor, coord., *República Universidade e academia*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 313-337; OLIVEIRA, António de, «Seis décadas de História na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 11-60, com bibliografia; RODRIGUES, Manuel Augusto, ed. lit., *A Universidade de Coimbra no século XX: actas da Faculdade de Letras*. Vol. 1: (1911-1925); vol. 2: 1925-1936, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1989 e 1991; SANTOS, João Marinho dos, «A docência e a investigação da história ultramarina na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, p. 347-365; SOARES, Torquato de Sousa, «Prof. Doutor Damião Peres», *Revista Portuguesa de História*, X, 1962, pp. V-XI; TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

António de Oliveira



APOIOS:

